

NAÇÃO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO NO AMBIENTE INTELLECTUAL DOS ANOS 50: a obra de Celso Furtado

Aluna: Dandara Renault Macedo
Orientador: Luis Reznik

I – Introdução

Com toda a ebulição democrática no mundo pós II Guerra e no Brasil pós ditadura varguista, o ambiente intelectual brasileiro está inserido em projetos que tematizam três conceitos notadores: Nação, Democracia e Desenvolvimento.

Estão sendo pesquisados tais conceitos primeiramente em separado sob a perspectiva de três intelectuais da época: Hélio Jaguaribe [Nação], Anísio Teixeira [Democracia] e Celso Furtado [Desenvolvimento] – coube a mim o estudo deste último.

II – Objetivos

Com a análise de tais conceitos procuramos compreender a representação de cada um deles dentro do período e como cada um destes intelectuais propõem o caminho a ser tomado. Após a leitura de tais autores e conceitos estes serão entrelaçados para que haja uma construção das imagens e narrativas dos mesmos dentro do período.

III – Metodologia

Com a leitura de *A pré-revolução brasileira* [FURTADO, 1962] procuramos elementos, palavras e questões ligados ao conceito *desenvolvimento* para a construção de um fio argumentativo do economista Celso Furtado para que o país chegue ao seu maior propósito. Isso embasado em leituras prévias de textos teóricos sobre a relação conceito e temporalidade histórica [POCOCK, J.G.A. “O estado da arte”. In: *Linguagens do ideário político*. e KOSELLECK, Reinhart. “História dos conceitos e história social”, “Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade” e “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”. In: *Futuro passado*.].

III – Conclusão

Percebemos que, segundo o autor, para que haja de fato um *desenvolvimento* é necessário antes de tudo uma integração. Integração das ilhas econômicas existentes no país dadas por conta do sistema de exportação de bens primários auxiliado pelas dimensões continentais do Brasil. Essa união teria se iniciado na década de 30, depois da crise econômica de 1929, quando o país pela primeira vez tinha uma base interna para absorção mínima da produção nacional – saindo de fato do sistema econômico colonial. Durante as três décadas seguintes fomos elaborando o processo com alguns problemas [um deles, por exemplo, a decisão entre o acúmulo de capital e importação de maquinário que ainda não estávamos aptos para produzir].

O Estado também tem seu papel dentro desta cadeia. Deve intervir para que se possa desenvolver sem descuidar do bem estar social. Para isso deve desenvolver reformas estruturais e manter equilibrada a entrada de capital externo, para que este não tome conta, sugando todas as possibilidades de uma base nacional ou simplesmente desapareça

Departamento de História

impedindo qualquer tipo de início de industrialização em um setor que ainda não dominamos.

Dentro destes dois pontos propõe a reformulação do estudo da ciência econômica na pós graduação para que toda a mudança de pensamento atinja a nova geração de economistas, podendo assim ser colocado em prática em um momento tão importante do Brasil – período que detemos todas os artifícios para desenvolver o país plenamente.